



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

(IN)VISIBILIDADES: o tombamento do patrimônio cultural afro-brasileiro em campinas entre 1988 e 2023

ÉRICA RODRIGUES SOARES¹

Resumo: O município de Campinas/SP tem sua história marcada pela exploração do trabalho escravizado possuindo nas raízes de suas riquezas econômicas e identitárias a cultura afro-brasileira trazida pela diáspora, mas graças a sistemáticos apagamentos desses patrimônios, ancorados em ideologias racistas ao longo de sua história, pouco se sabe sobre tais narrativas afro diaspóricas construídas ao longo dos séculos. Este trabalho busca evidenciar onde estão essas memórias a partir da análise das informações sobre os patrimônios culturais materiais e imateriais tombados e registrados pelo CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), levantando um debate acerca das configurações urbanas ao longo da história da cidade, com as suas grandes remodelações e o que buscou-se preservar do passado. Desse modo, busca-se apontar também perspectivas do quão incipiente é a valorização e reconhecimento dos patrimônios culturais afro-brasileiros através da comparação do que é protegido pelo CONDEPACC e os 20 lugares de memória levantados pelo projeto Campinas Afro, levantamento este feito a partir de indicações da própria comunidade representativa do movimento negro da cidade.

Palavras-chave: Escravidão; Identidade; Tombamento; Patrimônio material; Patrimônio imaterial.

INTRODUÇÃO

O território é uma categoria de análise que possui diversas abordagens, mas a sua dimensão culturalista perpassa por todas elas como inerente à vida em sociedade (Haesbaert, 2003), já que o uso dos territórios implica em sua valorização simbólica e construção identitária. Dessa forma, o Patrimônio se torna uma importante dimensão dessa construção, já que seu reconhecimento enquanto política pública de preservação de bens culturais materiais e, mais recentemente, imateriais, cataloga aquilo que representa a identidade brasileira. A questão que se levanta neste trabalho é justamente se essa identidade é representativa a toda a diversidade cultural brasileira, em especial a cultura afro-brasileira, o que buscaremos mostrar a partir do estudo de caso da cidade de Campinas, interior de São Paulo.

¹ Licenciada em Geografia, aluna do programa de pós graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas; e139853@dac.unicamp.br.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

No período de redemocratização, em 1987, Campinas criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) após intensa movimentação popular organizada pela Sociedade Febre Amarela cujo principal líder era Antônio da Costa Santos (Francisco, 2008) e iniciaram-se os primeiros processos de tombamento em 1988. Evidencia-se, porém, que o processo de preservação que ocorre a partir dos tombamentos tem se concentrado em tipos específicos de patrimônios que não fazem jus à total diversidade cultural campineira, cujas raízes estão também na cultura de matriz africana.

A presença da população de origem africana em Campinas se dá desde o ciclo do açúcar, já no século XVIII. No auge da produção açucareira, quando Campinas produzia cerca de 1/3 de todo o açúcar originado na província de São Paulo, e esse era o maior mercado de escravizados na região (Martins, 2017; Santos Jr, 2017). É inegável, portanto, que apesar dos posteriores incentivos à imigração europeia para trabalho em lavouras de café e o projetado embranquecimento da população, a cultura de matriz africana se faz presente na cidade desde o início de sua ocupação, configurando todo o território campineiro.

O fato de Campinas ter em sua história expressivo acúmulo de riqueza a partir do ciclo do açúcar e, por conseguinte, da exploração e sofrimento da população negra escravizada, faz com que seja ainda mais importante trazer luz às invisibilizadas memórias presentes nos patrimônios da população negra que construiu os alicerces da atual metrópole campineira. Por fim, o direito à memória deve ser garantido àqueles que contribuíram com seus saberes para a construção cultural da sociedade constituindo a cidadania desses grupos sociais (Martins, 2017).

A partir dessa premissa, se buscará elaborar uma análise e sistematização do patrimônio cultural material e imaterial tombado e registrado pela prefeitura de Campinas desde o ano de 1988, ano de fundação do CONDEPACC, até o presente ano de 2023, de modo a evidenciar quais deles se relacionam à memória da cultura afro-brasileira e levantar possíveis apagamentos de tais memórias. Além disso, será possível situar onde



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Campinas se insere na política nacional de preservação do patrimônio cultural, fazendo um paralelo dos avanços realizados na cidade com o que era proposto pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no que tange a patrimônios materiais e imateriais.

Para a obtenção dos dados, será analisada a seção do CONDEPACC no site da Prefeitura Municipal de Campinas, de modo a selecionar, a partir da descrição dos patrimônios tombados, aqueles que se relacionam à cultura afro-brasileira. Essas informações constam na descrição de cada patrimônio e o aprofundamento será feito apenas com aqueles bens que se relacionam à cultura afro-brasileira a partir dessa seleção e classificação preliminar, procedimento este que permitirá obter um dado estatístico para que seja analisada a proporção desses bens tombados que se relacionam a essas memórias, levantando possíveis invisibilidades a partir disso.

Em um segundo momento, nos processos de tombamento desses bens selecionados, será observada a justificativa da solicitação para então visualizar como está presente a memória da cultura afro-brasileira em tal seção dos processos de modo a diagnosticar o panorama dessas memórias reconhecidas (ou não) através de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural da cidade.

Através da análise desses processos, será possível visualizar qual é o tamanho da lacuna referente ao estudo e reconhecimento dos patrimônios de cultura afro-brasileira em Campinas, a exemplo do levantamento feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas em 2021, que elencou 20 lugares de memória afro-brasileira na cidade a título de projeto exemplar, mostrando uma demanda ainda maior de valorização dessas memórias.

A CIDADE, A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO

É na cidade que encontramos de forma mais intensa e aparente os produtos da civilização: os rituais e marcas simbólicas de pertencimento e dominação. É nela



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

que encontramos parte da memória dos homens. É na cidade que o tempo torna-se visível, tanto nos edifícios, ruas e praças como mais claramente no testemunho escrito. É nela, que o tempo toma corpo, passa a ter materialidade, podemos tocá-lo e sentir sua presença (Gonçalves, 2002, p. 36).

A memória cultural é construída pela sociedade de modo a integrar sua identidade coletiva (Chauí, 2000) e, dessa forma, se faz necessário compreender que a definição daquilo que faz parte da cultura e do que é marginalizado dela passa por decisões carregadas de intencionalidades, sendo essencial equacionar as relações de poder quando se trata da memória cultural (Martins, 2017).

Do ponto de vista da relação entre memória e identidade, Pollak (1992) afirma que a identidade é constituída pela memória de modo que tanto o indivíduo quanto a coletividade se configuram por meio delas, formando um arranjo coerente de pertencimento, ao passo que a memória e a identidade podem ser alvo de disputa e conflitos sociais.

Nesse sentido, uma vez que a cidade é a materialização simbólica das civilizações em diferentes tempos conforme destaca Gonçalves (2002), a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma forma de proteger através do aporte legal tais memórias que deveriam representar a identidade da nação.

A problematização se faz, contudo, no processo de tomada de decisão que envolve a política do patrimônio no Brasil, que consiste na atribuição de valor dada aos objetos por grupos intelectuais desde a fundação do SPHAN em 1936 (atual IPHAN), o que pode trazer uma falta de representatividade ao patrimônio, o que Fonseca (1997) classifica como *patrimônio pesado e mudo*:

[...]símbolo abstrato e distante da nacionalidade, em que um grupo muito reduzido se reconhece, e ao referir-se a valores estranhos ao imaginário da grande maioria da população brasileira, o ônus de sua proteção e conservação acaba sendo considerado um fardo por mentes mais pragmáticas (Fonseca, 1997, p. 23).

Um marco importante para o estudo aqui realizado data de 1975, quando Aloísio Magalhães inicia uma movimentação independente com a criação do Centro Nacional



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

de Referências Culturais (CNRC) para levantar e mapear bens culturais, saberes e modos de vida representativos da diversidade cultural brasileira (Fonseca, 1997; Chuva, 2009; Dutra, 2017). Quatro anos depois, Aloísio Magalhães é convidado para ser diretor do SPHAN e presidir a recém criada Fundação Nacional Pró Memória sendo tal fase nomeada por Fonseca (1997) como das “referências culturais” marcando o fim da fase conhecida como “pedra e cal” em que apenas patrimônios materiais e de excepcionalidade arquitetônica eram reconhecidos e protegidos pelo tombamento.

Seguindo a evolução da política de patrimônio cultural no Brasil, temos no ano de 2000 a criação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) como uma ferramenta do IPHAN para “atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade” (IPHAN, 2000), dando continuidade aos trabalhos realizados pelo CNRC. Tal marco na evolução do que acredita ser preservado como parte da identidade brasileira mostra a necessidade de considerar a importância da valorização das memórias afro-brasileiras, uma vez que a diáspora africana configurou de forma estrutural a sociedade brasileira e suas manifestações culturais, o que, contudo, veremos que ainda é incipiente em nosso estudo de caso no município de Campinas/SP.

O *Pacto do Silêncio* que se fez com o apagamento do passado escravista brasileiro configura a desigualdade racial, sendo fundamental quebrar esse ciclo "através de quilombos e jongos" (Mattos e Abreu, 2009, p.19), tornando-se um dever de memória da sociedade brasileira valorizar tais patrimônios, já que por séculos a população africana e afrodescendente a partir de sua diáspora construiu a própria identidade brasileira.

A cidade de Campinas tem seu desenvolvimento urbano como exemplo de diversos apagamentos como ficará evidente a seguir, e pretende-se destacar que tais ações de silenciamentos seguem um padrão de valorização da cultura eurocêntrica predominante historicamente nos grupos hegemônicos que decidiram qual narrativa de cidade ficaria preservada para as próximas gerações, o que passa pelo extermínio sistemático de memórias afro-brasileiras.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

INTERVENÇÕES URBANAS EM CAMPINAS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A história da preservação do patrimônio cultural em Campinas é relacionada a reações da sociedade frente às intervenções urbanas, o que só foi articulado, contudo, na década de 1980 sob liderança do arquiteto Antonio da Costa Santos com o grupo intitulado Sociedade Febre Amarela.

Se faz necessário, porém, retomar à momentos anteriores da história de Campinas para compreender quais eram os eventos e ideologias motivadoras das principais reformas urbanas que aconteceram para assim destacar a intencionalidade presente nos discursos que reconfiguraram tais estruturas urbanas, além de quais seriam preservadas e quais seriam demolidas.

Ghirello (2018) separa as intervenções urbanas em Campinas em dois momentos: final do século XIX, durante a epidemia de Febre Amarela, e entre os anos 1920 e 1950 durante o Plano de Melhoramentos Urbanos liderados por Prestes Maia juntamente à Câmara Municipal.

Sobre o primeiro momento, as obras eram lideradas pelo Engenheiro Saturnino de Brito, e elas basicamente consistiam em encanamento de rios, dessecação de áreas pantanosas (que se tornaram largos posteriormente) e demolição de cortiços em áreas alagadiças (Ghirello, 2018). Sobre esse período, Santos (1999) faz uma crítica acerca das intervenções realizadas, pois, apesar de serem classificadas como sanitaristas, nenhum projeto de sistema de esgotos foi proposto. Ainda para esse autor, o principal objetivo das reformas sanitaristas realizadas estavam na verdade ligadas à adequação da cidade ao regime capitalista, fazendo da epidemia de Febre Amarela um argumento para remoção da população mais pobre das áreas centrais e consequente valorização do centro urbano.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Ghirello (2018) agrega a essa discussão sobre as intervenções urbanas um prisma racial, atrelando-as a ideologias euro-brasileiras, ou *Intervenções Brancas*. Sobre isso, os cortiços eram um grande foco nas demolições na área central e abrigavam majoritariamente a população negra, já que eram moradias coletivas e muito mais baratas do que as individuais.

Cabe apontar também que, por se articularem de maneira muito mais coletiva do que as habitações individuais, os cortiços se aproximavam, guardadas as devidas proporções, à forma de morar da cultura africana. Comunidades africanas ancestrais, senzalas, quilombos e cortiços tinham em comum a organização baseada na coletividade. Diversas famílias ocupavam o mesmo espaço, compartilhavam o mesmo fogo para cozinhar e se reuniam para confraternizar (...) A perseguição destes espaços, tanto no momento das intervenções relacionadas ao saneamento, quanto no momento daquelas relacionadas à modernidade, portanto, não representou apenas uma negação à insalubridade ou ao atraso no progresso urbano, como se declarava, mas também à população negra e à uma forma de habitação não europeia (GHIRELLO, 2018, p. 13).

Outro ponto destacado por Ghirello (2018) foi a escolha do local para instalação do Desinfectório Central de Campinas, onde antes funcionava o Mercado Grande, ponto muito frequentado pela população negra de Campinas para troca e venda de produtos, escolha essa de uma política higienista, tornando-se simbólica sobre quais territorialidades pretendia-se apagar.

No final do ano de 1929 ocorre a criação da Repartição de Obras e Viação durante a gestão do prefeito Orosimbo Maia, com vistas às reformas urbanas a serem feitas para que Campinas pudesse se enquadrar dentro dos parâmetros de modernidade europeia que eram seguidos, o que dá início ao segundo momento demarcado por Ghirello (2018): as reformas urbanas. Após 5 anos movimentados pela revolução tenentista, movimento paulista de 1932 e a Constituinte de 1934, então no início da Era Vargas, a concepção urbanística da remodelação de Campinas foi elaborada e finalizada já na gestão do prefeito Prestes Maia, através do denominado Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, conhecido como Plano Prestes Maia (Santos, 2002).

Tais reformas propostas estavam embasadas na concepção perimetral, com a construção de anéis viários para ligação de Campinas com cidades vizinhas, alargamentos de avenidas, início da verticalização (Ghirello, 2018) e novos loteamentos



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

ao longo das ferrovias e rodovias, criando dessa forma a dispersão da moradia dos trabalhadores para a periferia (Roxo, 2020). Cabe destacar, ainda, conforme levanta Santos (1999), que o Plano Prestes Maia não contou com a participação da sociedade civil, concretizando a hegemonia das tomadas de decisão para os engenheiros municipais que priorizaram questões viárias e estéticas em detrimento das sociais.

Para Ghirello (2018) as obras do Plano de Melhorias Urbanas têm relação com a expulsão da população negra das regiões centrais da cidade, conforme a pesquisadora destaca que ocorreu na demolição da Igreja do Rosário em 1956. Com o argumento de ampliação da Av. Francisco Glicério, o Largo onde havia a Igreja deu lugar a Praça Visconde de Indaiatuba² para tornar-se um "centro cívico", se faz necessário, porém, salientar que tal demolição é simbólica pois a igreja fora inaugurada em 1817, sendo uma das únicas a abrigar a população negra e mestiça na cidade (Ghirello, 2018).

Segundo levantado por Francisco (2013), nos anos 1980 o Largo do Rosário funcionava como o centro cívico idealizado, importante ponto de encontro da população, de manifestações e confraternizações. Porém, no ano de 1983 o prefeito José Roberto Magalhães Teixeira manifesta a intenção de realizar uma nova reforma e dois anos depois, já com a obra iniciada, um grupo intitulado Sociedade Febre Amarela se posiciona contrário a remodelação sendo este "socialmente desnecessário, economicamente escandaloso, esteticamente de mau gosto e politicamente equivocado" (Febre, 1985 *apud*. Francisco, 2018). Para embargar com sucesso a obra, o grupo denunciou tal ocorrido ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) pois o Largo em questão fazia parte do entorno da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição, bem tombado pelo conselho estadual em 1981, e portanto, não poderia ser modificado. Este embargo e mobilização dá início ao debate acerca dos limites que deveriam ter as intervenções urbanas, com protagonismo do grupo supracitado, o que ajudaria a gestar

² Visconde de Indaiatuba foi um fazendeiro do ciclo do café que construiu sua riqueza com base na exploração do trabalho escravizado, o que torna a mudança do nome do largo um exemplar dentre os racismos praticados.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

a institucionalização da preservação do patrimônio cultural de Campinas, que resulta na criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC).

SOCIEDADE FEBRE AMARELA E O SURGIMENTO DO CONDEPACC

A Sociedade Febre Amarela³ foi oficialmente fundada em março de 1985 e tinha estatuto próprio, o qual explica também a ligação de seu nome com as epidemias de Febre Amarela que afetaram Campinas e região, pois entre seus objetivos estava a pesquisa acerca das modificações urbanas e socioeconômicas provocadas pela epidemia, bem como a preservação de patrimônios ameaçados de destruição (Francisco, 2018). Com enorme pesar, contudo, a Sociedade Febre Amarela, que ansiava se tornar um centro permanente de discussão sobre questões referentes à defesa do patrimônio cultural campineiro encerra suas atividades em 2001, após o assassinato de sua principal liderança e prefeito eleito de Campinas naquele mesmo ano, Antonio da Costa Santos. Uma das grandes contribuições deixadas pela Sociedade em sua atuação na década de 1980, foi a aceleração da criação de um conselho municipal voltado à preservação do patrimônio cultural de Campinas (Aquino 2009, *apud*. Francisco, 2018), uma vez que, a partir das pesquisas feitas, a Sociedade Febre Amarela encaminhou dezenas de pedidos de tombamento ao CONDEPHAAT, o que gerou uma demanda muito grande ao Conselho Estadual e promoveu uma aceleração no processo interno de institucionalização.

Dessa forma, em dezembro de 1987 foi promulgada a lei 5885 que criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas - CONDEPACC -, sob gestão do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. A composição de conselheiros é, segundo a lei de sua criação, multidisciplinar, sendo nomeados pelo prefeito municipal para um mandato bienal com o objetivo "definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio

³ Sendo sócios-fundadores os arquitetos Antônio da Costa Santos, Luiz Cláudio Bittencourt, Sérgio Monteiro Portella Santos, Roberto de Almeida Floeter e Luiz Antonio Martins Aquino, a historiadora Rosa Maria dos Rios Rugai e o geólogo Archimedes Perez Filho.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas" (Campinas, 1987).

A política de preservação do patrimônio cultural que será analisada aqui é o tombamento por meio do estudo da solicitação de abertura dos processos, política essa definida por Fonseca (1997) como a instituição que consagra o valor cultural do bem, de modo a significar, para grupos sociais minorizados, o reconhecimento de sua identidade, além de benefícios econômicos e políticos que colocam em evidência - com chancela jurídica - a importância de seus saberes e manifestações culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos bens tombados pela Prefeitura de Campinas através do se dividiu em dois momentos: 1) Leitura das informações constantes no site do CONDEPACC para classificação preliminar dos bens cuja descrição se relaciona a memória afro-brasileira; 2) Análise do processo de tombamento dos bens que na etapa anterior possuem em sua descrição alguma relação com a memória afro-brasileira, mais especificamente da justificativa para abertura do processo escrita pelo interessado que solicita tal estudo ao conselho.

DESCRIÇÃO DOS BENS TOMBADOS: ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO

A partir do levantamento acerca do conteúdo do site do CONDEPACC, foi feita a leitura da descrição dos bens materiais tombados entre 1988 e 2023, totalizando 156 bens materiais dos quais foi possível separar em 15 diferentes classes. Os bens classificados como “afro-brasileiro” totalizaram 4 (2,5%) relacionados diretamente com a cultura de matriz africana a partir de dados obtidos pela descrição no site.

Dos 156 bens materiais, há uma predominância de residências tombadas, totalizando 45 (28%) que possuem descrição ligada somente à excepcionalidade arquitetônica, sem informações do que havia em tal imóvel, quais atividades ou por qual grupo social foi

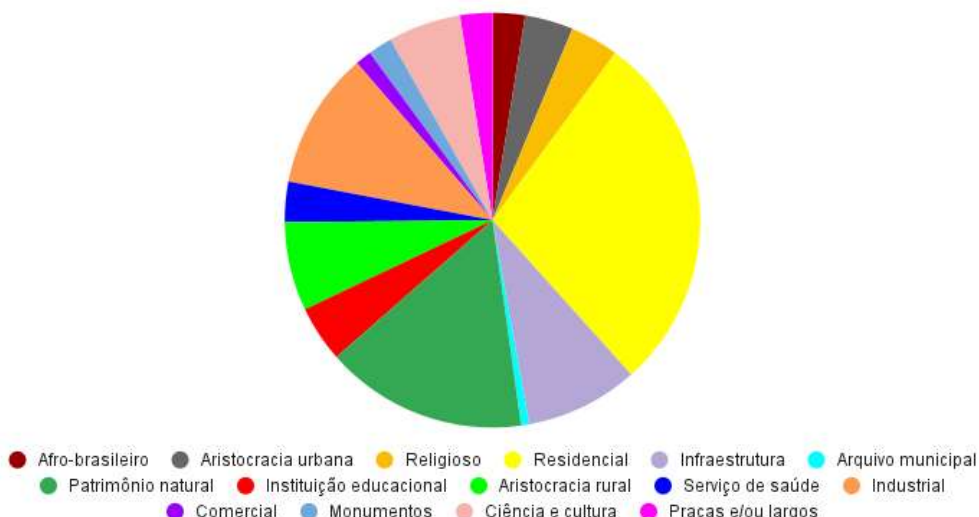


SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

ocupada. Além disso, também em outras classes, a partir da análise das descrições constantes no site do CONDEPACC, foi possível notar a predominância da valorização arquitetônica do bem, sendo essa uma constante em todas as descrições, com exceção dos patrimônios naturais.

FIGURA 1: CLASSIFICAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS MATERIAIS TOMBADOS EM CAMPINAS ENTRE 1988 E 2023



FONTE: CONDEPACC. Elaboração própria.

As classes constantes no gráfico acima foram elaboradas a partir da análise das descrições de bens materiais tombados no site do CONDEPACC, separando-os a partir das informações coletadas, seguido da porcentagem referente ao total de 156 bens, conforme descrição que consta no quadro 1.

QUADRO 1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO CONDEPACC.

CLASSIFICAÇÃO	PORCENTAGEM	DESCRIÇÃO
Afro-brasileiro	2,5%	Patrimônios identificados pela descrição do site do CONDEPACC como relacionados à memória afro-brasileira de Campinas.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Aristocracia urbana	3,8%	Solares e casarões frequentados pela aristocracia urbana.
Religioso	3,8%	Igrejas, cemitérios e capelas.
Infraestrutura	8,8%	Obras de infra estruturas que identificam um dado momento da urbanização campineira
Patrimônio natural	15%	Fragmentos florestais, matas, brejos e várzeas.
Aristocracia rural	6,9%	Sedes de fazendas importantes para o ciclo do açúcar e do café.
Instituição educacional	4,4%	Colégios tradicionais da cidade com importância arquitetônica e/ou histórica
Serviço de saúde	3,1%	Hospitais e infra estruturas ligadas a serviços de saúde
Industrial	10,7%	Antigas fábricas e seus remanescentes que registram o passado de grande desenvolvimento industrial de Campinas.
Comercial	1,3%	Mercado Municipal de Campinas e Casarão de Joaquim Egídio (antigo comércio destinado a população rural)
Residencial	28,3%	Antigas residências tombadas com destaque para seu valor arquitetônico e/ou histórico.
Monumentos	1,9%	Estátuas e outros monumentos relacionados.
Ciência e cultura	5,7%	Teatros, murais, entre outros espaços que registram materializações científicas e culturais da cidade.
Praças e/ou largos	2,5%	Praças e Largos
Arquivo Municipal	0,6%	Documentação pertencente ao arquivo municipal.

FONTE: CONDEPACC. Elaboração própria.

ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA DE ABERTURA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

A partir da separação dos 4 patrimônios materiais tombados, foi possível realizar o *download* dos processos de tombamento destes a fim de analisar a solicitação de abertura de estudo para tombamento que tem uma justificativa sobre os motivos que deveriam ser considerados pelo CONDEPACC para que tal tombamento fosse efetivado. Por conseguinte, sistematizou-se as informações obtidas no quadro 2.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

QUADRO 2. PATRIMÔNIOS MATERIAIS TOMBADOS RELACIONADOS À MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA

SOLICITAÇÃO DE ESTUDO PARA TOMBAMENTO	
BEM A SER TOMBADO	JUSTIFICATIVA
Imóvel da Rua Emílio Ribas, 1468 - Cambuí	Imóvel que é testemunha da presença da comunidade negra no Bairro Cambuí no início do século XIX, construído pelo chocheiro Adão Bernardino dos Santos, homem negro, entre 1911 e 1913 para sua família e assim permanecido por mais de três gerações. O imóvel foi vendido por Agostinho dos Santos para Geraldo Mendes, que articulou juntamente a alguns membros da comunidade negra, a criação do Museu do Negro.
Creche Bento Quirino	Creche criada pela Sociedade Feminina de Assistência à Infância em 1914 em terreno cedido pela prefeitura e auxílio de Bento Quirino no financiamento da obra. No local onde foi construída havia anteriormente o Cemitério dos Cativos e segundo a imprensa local tais ossadas foram exumadas e transferidas para o Cemitério da Saudade.
Igreja de São Benedito	Estrutura da igreja em estilo colonial e fachada constituída em estilo eclético com linhas neo-românticas. Sua origem tem início com a mobilização de Mestre Tito, ex-escravizado que levantou fundos para o início das obras da capela que daria origem à igreja. A igreja abrigou por muitos anos a Irmandade São Benedito, que oferecia assistência social aos chamados “homens de cor”.
Praça Professora Sílvia Simões Magro ("Antigo Largo São Benedito")	A praça abrigou o Cemitério dos Cativos e a forca durante o século XIX

FONTE: CONDEPACC. Elaboração própria.

A partir da análise e sistematização é possível levantar alguns pontos que se destacaram, como a constante referência predominante à escravidão e pouco à riqueza da cultura afro brasileira, cultura esta que muito contribuiu para a formação da identidade campineira. Cabe aqui destacar informações sobre dois desses bens: A Igreja de São Benedito e o Imóvel da Rua Emílio Ribas uma vez que em sua justificativa do processo de tombamento haviam informações que ultrapassavam o contexto da escravidão, predominante na documentação dos outros bens. A documentação do primeiro destaca a existência da



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Irmandade São Benedito, importante resistência no pós-abolição (Silva, 2015) que é elucidativa ao mostrar a necessidade que a população negra tinha de criar sua própria assistência social através de irmandades para então ter acesso a dignidade que lhe era negada pela sociedade dominada pelo racismo “científico” predominante no final do século XIX e início do século XX.

O Imóvel da Rua Emílio Ribas foi tombado também sob uma ótica diferente daquela centralizada na escravidão. Além de constar no processo toda a história de ocupação do imóvel, a construção dele por um proprietário negro como representante do passado da história do bairro do Cambuí, ocupado por essa população no início do século XX, muito contrasta com a realidade atual, já que o bairro é um dos mais elitizados de Campinas, com moradores predominantemente brancos. Além disso, é destacada a criação do Museu do Negro, que, apesar de não estar mais em funcionamento, caracteriza uma importante iniciativa da própria comunidade negra para mostrar suas memórias e manifestações culturais naquele território.

MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA EM CAMPINAS: PRESERVAÇÃO INCIPIENTE

A sistematização feita a partir dos dados levantados no site do CONDEPACC nos permite observar a predominância da valorização de aspectos de excepcionalidade arquitetônica dentre os patrimônios tombados, o que segue um padrão da história da patrimonialização no Brasil, processo já cunhado por Chuva (2009) de “arquitetos da memória” devido ao protagonismo deles na definição dos critérios daquilo que deveria ser representativo da nação brasileira e dessa forma preservado, ao passo que aquilo que não era reconhecido não era representativo de brasilidade.

Sobre a escolha daquilo que deve ser preservado e da imagem da cidade construída pelo patrimônio, é necessário refletir sobre os silenciamentos de narrativas que são feitas, a fim de destacar apenas a história dos grupos hegemônicos, como provoca Ferreira (2020):

Trata-se de perguntar se a história da cidade, ao ser apresentada, seja aos turistas, seja à população que ali vive, contempla os processos vividos pelos homens e mulheres que de fato a construíram, se as relações sociais e econômicas que embasaram a construção daquela cidade são discutidas. Se as alternativas criadas por aqueles e aquelas que



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

buscavam fugir da opressão e do domínio são consideradas... Ou se, ao contrário, busca-se apresentar e reverenciar a construção humana dissociando-a exatamente do elemento humano. (FERREIRA, 2020; p. 1380)

Por assim dizer, cabe aqui salientar como são conduzidas as narrativas referentes ao patrimônio cultural em Campinas, se destacando critérios estéticos e arquitetônicos nos bens materiais tombado, mas apaga-se o elemento humano de tais patrimônios, ou seja: o que se sabe sobre quem construiu tais bens? Apesar de não existir registros sobre detalhes de como foram construídos os patrimônios materiais tombados, sabe-se que muitos deles datam do final do século XVIII e XIX , período que teve a mão-de-obra escravizada como a principal até a abolição ocorrida em 1888. Dessa forma, é possível afirmar que muito do patrimônio histórico de Campinas, entre eles grandes edifícios tombados representativos da aristocracia, se deve ao trabalho feito por mãos de pessoas negras que sofreram no regime da escravidão mas ao mesmo tempo deixaram na cidade construções feitas por meio de tecnologias africanas e heranças culturais ainda pouco reconhecidas e valorizadas.

Foi apenas 13 anos após a criação do INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais), em 2013, que Campinas cria o ProgramaMunicipal de Patrimônio Imaterial (PMPI) a partir do qual são registrados patrimônios imateriais que representam melhor a diversidade cultural da cidade, conforme levantado no site do CONDEPACC:

QUADRO 3. PATRIMÔNIOS IMATERIAIS REGISTRADOS PELO CONDEPACC.

PATRIMÔNIO IMATERIAL REGISTRADO	ANO DE REGISTRO
Jongo	2013
Capoeira	2013
Companhias de Folias de Reis	2018
Brincadeiras de Rua	2018
Samba de Bumbo	2018



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas	2019
Cerimônia da Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas	2022

FONTE: CONDEPACC. Elaboração própria.

Destes, é possível destacar como relacionados à memória afro-brasileira: Jongo, Capoeira, Samba de Bumbo e a Cerimônia da Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas, conforme descrição nas atas das reuniões extraordinárias do CONDEPACC publicadas no Diário Oficial do Município de Campinas para cada um desses bens. Ainda conforme as atas, os registros desses patrimônios imateriais são acompanhados de medidas para salvaguarda que incluem divulgação e visibilidade às manifestações culturais, estudos pormenorizados sobre tais bens e financiamentos que viabilizem a continuidade dessas práticas, promovendo sua preservação para gerações futuras.

Paralelamente a isso, outros movimentos mostram que existe uma demanda muito maior pelo reconhecimento do patrimônio cultural (material e imaterial) afro-brasileiro em Campinas, a exemplo de um projeto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) intitulado Campinas Afro⁴, que em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas, levantou 20 lugares de memória selecionados a partir da votação de um grupo de consulta⁵ que destacou diversos espaços que seriam exemplares de manifestações culturais afro-brasileiras na cidade. O projeto consistiu na coleta de documentos, gravação de entrevistas com pessoas que teriam relação direta àquelas memórias e geração de material fotográfico, além de uma nota técnica elaborada por pesquisadores negros de Campinas.

⁴ As informações sobre este projeto foram retiradas do site oficial www.campinasafro.org.br, porém até o momento da elaboração deste artigo o mesmo encontra-se fora do ar por problemas de manutenção da Prefeitura de Campinas.

⁵ O grupo de consulta foi formado por 20 personalidades campinenses ligadas à produção cultural de matriz africana da cidade.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

QUADRO 4. LUGARES DE MEMÓRIA DO PROJETO CAMPINAS AFRO.

LUGARES DE MEMÓRIA - PROJETO CAMPINAS AFRO	
1	Casa de Cultura Fazenda Roseira - Comunidade Jongo Dito Ribeiro
2	Lavagem das Escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas
3	Casa Grande e Tulha
4	Colégio São Benedito
5	Centro Cultural Recreativo Benedito Carlos Machado (Machadinho)
6	Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região
7	Antigo Museu do Negro
8	Associação dos Religiosos de Matriz Africana da Região Metropolitana de Campinas - ARMAC
9	Casa de Cultura Tainã
10	Grupo de Danças Populares Urucungos, Puítas e Quijengues
11	Largo e Igreja do Rosário
12	Largo Santa Cruz
13	Largo São Benedito (Cemitério dos escravizados)
14	G.C.R.E.S. Rosa de Prata
15	Instituto Cultural Baba Toloji
16	Aos Brados: o jornal da comunicação consciente
17	Túmulo do escravizado Toninho do Boi Falô
18	Corporação Musical Campineira dos Homens de cor
19	Igreja de São Benedito e Estátua da Mãe Preta
20	Getulino

FONTE: Site oficial Campinas Afro. Elaboração própria.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

Por assim dizer, o projeto Campinas Afro mostra que o CONDEPACC e a preservação institucional dessas memórias ainda é incipiente e muito tem a avançar para se tornar realmente representativa da formação da cidade de Campinas, cidade esta que ancorou seu crescimento econômico na escravidão, possuindo tal dívida com suas origens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente através desse levantamento o predomínio que os tombamentos feitos pelo CONDEPACC em Campinas são ligados às classes hegemônicas que sempre tiveram o poder de construir as próprias narrativas. Dessa forma, têm-se um grande destaque para os chamados “casarões” dos barões do ciclo do café, grandes sedes de fazendas escravocratas e construções preservadas com base em sua excepcionalidade estética arquitetônica.

Segundo Ferreira (2020) aquilo que é considerado patrimônio cultural é carregado de um discurso de hegemonia feito pelas classes dominantes em detrimento de simbologias e manifestações culturais de grupos que estiveram na periferia da história oficial. Esse processo gera um distanciamento entre o patrimônio e as memórias, técnicas e símbolos dos povos que a construíram e esvazia de sentido a própria política do patrimônio.

Esse processo é evidenciado quando se confrontam os dados acerca dos bens materiais e imateriais tombados pelo CONDEPACC, de modo que torna-se visível o quão pequena é a valorização do patrimônio cultural afro-brasileiro na cidade, sendo destacados bens materiais de excepcionalidade arquitetônica e grandes construções da aristocracia cafeeira. Projetos paralelos cujo levantamento das memórias afro-brasileiras é feito pela própria comunidade e integrantes do movimento negro como o Projeto Campinas Afro, mostram o quão longo é o caminho para que Campinas faça jus à sua própria história.

Dessa forma, se faz de suma importância o (re)conhecimento das narrativas que ficaram por tantos séculos invisibilizadas, em uma das cidades mais conhecidas pela violência e repressão durante a escravidão e que figurou entre as últimas aderirem o movimento



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA E DIREITO À CIDADE

abolicionista. Pode-se afirmar que a cidade de Campinas tem uma dívida com a cultura afro-brasileira e que uma das formas de pagamento desta está na reescrita dessas memórias invisibilizadas nos territórios da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPINAS. Lista de bens tombados. Disponível em: <<https://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/listaBens.php>>

CAMPINAS AFRO. Lista dos lugares de memória. Disponível em: <<https://campinasafro.org.br/>>

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CHUVA, Márcia Regina Romero. Arquitetos da Memória. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DUTRA, Maria Vitória de Moraes. Centro Nacional de Referência Cultural: o desconhecido acervo consagrado. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA, José Heleno. A cidade como espaço de educação patrimonial: o direito à história e à memória. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 13802-13816, mar. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

FRANCISCO, Rita de Cássia. Inventário como ferramenta de preservação: a experiência da cidade de Campinas/SP. Revista CPC, São Paulo, n. 6, p. 119-141, maio/out. 2008.

_____. Construtores anônimos em Campinas(1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo Para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2018.

GONÇALVES, José Roberto. Espaço, tempo e memória recompondo a trajetória das vilas populares de Campinas. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Artes da Unicamp. Campinas, 2002.



SALVADOR E SUAS CORES [2023]

POR AÇÕES AFIRMATIVAS URBANAS – RACISMO, POPULAÇÃO NEGRA, INDIGENA E DIREITO À CIDADE

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 29, p. 11-24, jan. 2003. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/2236>>. Acesso em: 14 maio 2023.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais, Manual de Uso INRC, 2000.
Lei Municipal Nº 3.481, de 02 de outubro de 1987. Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC) e dá outras providências. Campinas: Câmara Municipal de Campinas, 1987.

MARTINS, Alessandra. Matriz africana em Campinas: territórios, memória e representação. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2016.

MARTINS, Alessandra Ribeiro; SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano - um estudo de caso. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 68, p. 32-49, dez. 2017.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Goiânia, Habitus v. 7, n.1/2, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Revista Estudos Históricos, vol 5. Rio de Janeiro, 1992.

ROXO, Rafael. A formação urbana de Campinas (SP): de pouso à margem do caminho do ouro a lugar mundial. Revista Geosul, v. 35. Florianópolis, 2020.

SANTOS, Antonio da Costa. Campinas: das Origens ao Futuro. Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Associativismo negro: Federação Paulista dos Homens de Cor. 7o Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015 p. 1 – 15.